



Administrar caos é o que resta

Sem recursos para investir em novos projetos, e muitas vezes sem o suficiente até para tocar os que estão em andamento, boa parte dos ministros e secretários pouco têm tido para fazer na Esplanada dos Ministérios. O exemplo mais lembrado, neste caso, é o de João Santana, o titular da Infra-Estrutura, que nos últimos cinco meses já visitou oito países, sempre — é claro — em “missão oficial”.

Somadas as viagens de Santana, desde o dia 10 de maio, quando foi empossado no Ministério da Infra-Estrutura, ele já percorreu (computando apenas viagens internacionais) cerca de 70 mil quilômetros. Se ele resolvesse viajar dentro do País, de carro, dificilmente poderia fazer um “tour” tão longo sem dissabores: dos 115 mil quilômetros de estradas federais, mais de 15 mil estão intransitáveis e mais de 70 mil em péssimas condições de tráfego, por falta de manutenção e infra-estrutura.

A seu favor, diga-se que as rodovias estão se deteriorando porque não há recursos para recuperá-las (o Emendão prevê a criação de uma taxa sobre os combustíveis que, se aprovada vai gerar receita suficiente para por a casa em ordem). Também não é ele o único ministro que não tem cumprido sua função, seja por falta de recursos ou eventuais dificuldades.

O que falta a uns, sobra em outros. É por excesso de “apetite” de poder, que o secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Batista, anda falando pouquíssimo, desde que foi iniciada a temporada de caça aos poderosos da República das Alagoas — com o estouro do escândalo da LBA. Não tem falado e nem agido: os programas de desenvolvimento regionais e a revisão do Programa Nacional do Alcool, dois assuntos nos quais a SDR tem papel preponderante, não conseguem sair do papel — ou melhor, nem estão ainda definidos no papel.

Paralisia

A retomada do galope inflacionário e o conseqüente agravamento da crise econômica, com a recessão chegando ao nível mais dramático dos últimos 10 anos, paralisou o governo. O Executivo está em compasso de espera com obras e decisões urgentes adiadas, no mínimo para depois de fevereiro. Esta não é uma data cabalística: o governo imagina que até lá, se passar a reforma tributária, se for fechado um acordo com o FMI, se passar o Emendão, se a queda de braço com os empresários der resultado, então terá tempo para retomar o fôlego e começar a governar, de fato.

Enquanto vive a expectativa de esperar que tantos condicionais se tornem realidade, o País ameaça despencar para o quarto mundo. A

situação da infra-estrutura é caótica. O secretário nacional de Energia, Armando Ribeiro, já admitiu em entrevista recente ao **Jornal de Brasília**, que se no próximo ano não forem anunciadas novas decisões para aumentar a produção de energia elétrica poderá haver racionamento até na região Sudeste.

No setor de telecomunicações as carências são tão grandes que a saída imaginada pelo governo é abrir a atividade para o setor privado, por reconhecer que não terá nem a médio prazo recursos suficientes para os investimentos necessários.

Com um déficit de US\$ 20 bilhões, armado para explodir a qualquer momento, o Sistema Financeiro de Habitação é outro problema, hibernado nas gavetas da Esplanada dos Ministérios, à espera de um momento menos tumultuado para ser resolvido.

Situações similares afligem a área da saúde, da educação, da ciência e tecnologia, enfim, todo o governo. Os Ministros de Collor têm se limitado a administrar a escassez e evitar o caos. Todos com a esperança de que estas questões possam ser encaradas de frente a partir de janeiro ou fevereiro, se todas aquelas medidas propostas vierem a ser aprovadas pelo Congresso Nacional. (Marizete Mundim)